



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

WILLAMS AUGUSTO DOS SANTOS BEZERRA

**AS DENÚNCIAS DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO CORREIO
BRAZILIENSE (1969-1974)**

RECIFE
2023

WILLAMS AUGUSTO DOS SANTOS BEZERRA

**AS DENÚNCIAS DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO CORREIO
BRAZILIENSE (1969-1974)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marcília Gama da Silva.

RECIFE
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A923d Bezerra, Willams Augusto dos Santos
As denúncias de Escravidão Contemporânea no Correio Braziliense (1969-1974) / Willams Augusto dos Santos
Bezerra. - 2023.
26 f.
- Orientadora: Marcilia Gama da Silva.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2023.
1. Escravidão Contemporânea. 2. Ditadura. 3. Correio Braziliense. I. Silva, Marcilia Gama da, orient. II. Título

CDD 909

WILLAMS AUGUSTO DOS SANTOS BEZERRA

**AS DENÚNCIAS DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO CORREIO
BRAZILIENSE (1969-1974)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como um dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Recife, 26 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Marcília Gama da Silva

Professor Dr. Ademir Bezerra

Professor Dr. Marcos Dornelas

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha mãe. Por me apoiar mesmo nos momentos mais difíceis. É uma amiga fiel, um porto seguro e um espelho de humildade e força.

Sou grato a todos os amigos que compartilharam esta jornada histórica ao meu lado.

Agradeço a todos os professores que me ensinaram e foram exemplos de profissionais, pesquisadores e defensores ferrenhos da Educação e da História.

Dedico este texto, assim como tudo que faço em minha vida, à minha filha, meu maior tesouro, Helena. Busco sempre a excelência em tudo que faço para dedicar o melhor para você. Que um dia, ao ler este trabalho, possa sentir orgulho do seu velho jovem pai.

“Dizem que a história não se repete, mas rima”.
Daniel Ziblatt e Steven Levitsky

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
UM PASSADO PRESENTE.....	09
POR QUE ESTUDAR ESTE TEMA NESTE PERÍODO?.....	13
AS DENÚNCIAS.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as denúncias de escravidão contemporânea no jornal "Correio Braziliense" no período de 1969 a 1974, durante a vigência do governo Médici. Através desta pesquisa, buscamos demonstrar como a escravidão continuou ocorrendo mesmo depois de quase um século da abolição. Nesse contexto, as vulnerabilidades regionais e sociais contribuíam para que certas parcelas da população estivessem mais suscetíveis ao aliciamento e consequente exploração. Para fundamentar a análise utilizamos a perspectiva da História do Tempo Presente na medida em que, tanto a ditadura de 1964, quanto a escravidão contemporânea, são acontecimentos históricos do passado que persistem na memória coletiva, na política, na economia e nas relações sociais do nosso país. Além disso, buscamos entender o posicionamento do jornal estudado em um cenário de censura e repressão, em que tais denúncias poderiam prejudicar a imagem positiva que se construía sobre a política econômica e social do Governo Militar.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea. Ditadura. Correio Braziliense.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the denunciations of contemporary slavery in the newspaper "Correio Braziliense" from 1969 to 1974, during the Medici government. Through this research, we seek to demonstrate how slavery continued to occur even after almost a century of abolition. In this context, regional and social vulnerabilities contributed to making certain portions of the population more susceptible to enticement and consequent exploitation. To support the analysis, we used the perspective of the History of the Present Time insofar as both the 1964 dictatorship and contemporary slavery are historical events of the past that persist in the collective memory, politics, economy and social relations of our country. In addition, we seek to understand the position of the newspaper studied in a scenario of censorship and repression, in which such denunciations could harm the positive image that had been built on the economic and social policy of the Military Government.

Keywords: Contemporary slavery. Dictatorship. Correio Braziliense.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho teve sua gênese a partir do 30º Simpósio Nacional de História em um Diálogo Contemporâneo intitulado “Trabalho escravo contemporâneo: a prática, seu combate e os desafios atuais” que contou com a presença de professores que são referências na área, tais como Ângela Maria de Castro Gomes (UNIRIO), Regina Beatriz Guimarães Neto (UFPE) e Vitale Joanoni Neto (UFMT). A mesa teve a coordenação do Professor Helder Remígio de Amorim (UNICAP) e realizou-se no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPE.

Durante este diálogo, fiquei ao mesmo tempo encantado e aterrorizado. Encantado com a eloquência com que os professores arguíam sobre o tema, sendo pesquisadores da História e defensores dos direitos humanos dos trabalhadores. Aterrorizado com a presença muito viva da escravidão ainda em nosso tempo.

Aprendi naquele dia que a escravização de pessoas não acabara, mas ganhara uma nova roupagem. Na ânsia de compreender esta *nova escravidão*, o que ela guarda de semelhança com a antiga e o que traz de novo, decidi estudar este tema. Portanto, meu trabalho se insere na perspectiva da História Comparada.

Obedecendo aos normativos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a modalidade de artigo científico é aceita para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, por esse motivo, se fez a escolha desta modalidade para a obtenção do título de licenciado em História. O intuito deste trabalho é contribuir para a historiografia do tema, não encerrando a discussão, mas trazendo um elemento novo para enriquecer o debate e, quem sabe, ser uma leitura útil para os próximos estudiosos da área.

UM PASSADO PRESENTE

Em julho de 2022, o site G1 (pertencente ao Grupo Globo de comunicação) noticiava que uma idosa fora resgatada após 27 anos de trabalho análogo à escravidão. Segundo a reportagem, a empregada doméstica não teve acesso a salário, nem folga, por quase três décadas e, além disso, o benefício de prestação continuada (BPC) ao qual ela recebia era controlado pela patroa que impedia que a vítima acessasse o valor a que tinha direito.

Sobre esse fato é interessante perceber dois detalhes. O primeiro está relacionado ao modo como a idosa, vítima de escravização, enxergava a patroa. Ingenuamente, ela percebia como alguém que provia tudo que ela precisava. O segundo detalhe refere-se ao perfil da pessoa resgatada: mulher, negra, de origem humilde e analfabeta.

Ao primeiro detalhe é importante notar que a ausência de consciência do próprio estado de desumanização que era imposto à trabalhadora, fica nítida. Mesmo vivendo sob tais condições ainda havia espaço para que ela sentisse algum tipo de gratidão pela sua exploradora.

O segundo é sintomático de uma interseccionalidade cruel dentro da qual esta mulher está inserida, ou seja, das minorias de poder na sociedade brasileira. É fato que a desigualdade social, a violência urbana, o desemprego, a falta de acesso à educação, entre outras questões de vulnerabilidade social afetam a população preta e pobre com muito mais intensidade. A alienação do trabalho e as muitas chagas sociais que foram citadas acima são consequências diretas de algo que permeou todas as instâncias da formação do nosso país durante séculos: a Escravidão.

Ao assinar a Lei Áurea no dia 13 de maio de 1988, a princesa Isabel oficializou o fim de mais de trezentos anos de vigência da escravidão no território brasileiro. O episódio foi apenas simbólico, pois os movimentos abolicionistas percorriam e lutavam pelo país há mais de um século. E a própria lei, não significou o fim da escravidão, que ainda perdurou por muitos anos. O cativeiro constituiu o cimento que manteve o imenso território sob a soberania de um único Estado independente (GORENDER, 2000).

Tal papel exercido pela escravidão, como elemento unificador de um território de dimensões continentais, que possuía uma população heterogênea e multicultural, fez com que sua influência na sociedade brasileira permeasse todos os segmentos dela. Se nos atentarmos

para a trajetória histórica de famílias tradicionais que são grandes detentoras de latifúndios no país, é possível perceber que muitas delas “fazem parte das oligarquias que encomendavam os escravos nos séculos XVII a XIX, que eram marcados a ferro em brasa, com as iniciais das abastadas famílias proprietárias de terra” (SILVA, 2021.p.17).

Soma-se a isto o fato de a escravidão ter sido fundamental, do ponto de vista econômico, para financiar os projetos de colonização na América portuguesa. Segundo a historiadora Lilia M. Schwarcz em parceria com Heloísa M. Starling, a produção açucareira e o controle do suprimento de escravizados eram atividades “complementares e indissociáveis” (SCHWARCSZ; STARLING, 2015, p.59). Essa relação da escravidão com o desenvolvimento econômico se fez presente também na fase dominada pela produção de café, no Século XIX.

Ter posse sobre pessoas escravizadas representava status social tanto no período colonial quanto no período do Império. “Ter escravos era símbolo de posse e distinção, quase um cartão a avalizar prosperidade e estabilidade nessa civilização da cana” (SCHWARCSZ; STARLING, 2015.p.59). Vejamos:

Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taberneiros, comerciantes, pequenos lavradores, pobres e remediados, e até libertos possuíam escravos. Por essas e por outras é que a escravidão foi mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor, marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita (SCHWARCSZ; STARLING, 2015.p.59).

A partir deste fundamento, o presente trabalho busca analisar as denúncias de escravidão contemporânea no jornal *Correio Braziliense*, localizado no Distrito Federal, entre os anos de 1969 e 1974, com o objetivo de demonstrar como a escravidão se faz presente mesmo depois da abolição em 1888 e quais os fatores que levaram essas pessoas a serem escravizadas.

Além disso, essa pesquisa faz parte dos estudos sobre o tempo presente. A escravidão contemporânea é um fenômeno que persiste e que “ainda dá muito lucro” (GOMES; NETO, 2018. p.17). O historiador Carlos Fico afirma que a marca central da História do tempo presente “decorre das circunstâncias de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma

mesma temporalidade, que não terminou” (FICO, 2012.p.45). Pensamento que está em concordância com o que escreve François Dosse, para quem o *Tempo Presente* remete “ao que é do passado e nos ainda é contemporâneo” (DOSSE, 2012, p.11), estando a História do *Tempo Presente* na “intersecção do presente e da longa duração”(DOSSE, 2012.p.6).

Segundo o historiador Eric Hobsbawm o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a “revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação” (DELGADO; FERREIRA, 2013.p.23).

Essa perspectiva baseada na História do *Tempo Presente* nos ajuda a diferenciar a escravidão moderna, ocorrida entre os séculos XVI e XIX, e a escravidão contemporânea, que vivenciamos desde a abolição legal desta prática. Mesmo havendo continuidades nítidas entre os processos há também rupturas que devem ser identificadas.

Enquanto naquela época ser escravizado estava relacionado principalmente à perda de liberdade, a escravidão atual está diretamente ligada às formas e às condições de trabalho, sendo uma grave violação da dignidade humana. Segundo o procurador do Ministério Público do Trabalho Tiago Muniz Cavalcanti escravizar é

É suprimir ou restringir de maneira significativa a autonomia alheia. É privar o homem de sua dignidade ontológica, sua humanidade, furtar-lhes seus direitos mais caros, recusar-lhe sua racionalidade e renegá-lo a mero objeto fungível, uma mercadoria descartável, uma coisa facilmente substituível (CAVALCANTI, 2021. p.127).

O termo *escravidão*, ao ser utilizado hoje, remete a “uma categoria eminentemente política; faz parte de um campo de lutas, e é utilizada para designar toda sorte de trabalho não livre, de exacerbação da exploração e da desigualdade entre os homens” (ESTERCI, 1994.p.32a). Vale destacar que os conceitos sofrem deslocamentos e transformações, e que “a trajetória de um conceito é, na verdade, a história de seus diversos campos de constituição e de validade, das sucessivas regras de uso nos diferentes meios teóricos em que ele foi elaborado”(FISHR, 1995.p.30).

Ainda sobre o assunto, Neide Esterci ressalta que

O termo "escravidão" tem ainda o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, a objetos de troca, a mercadoria - vem associado a

expressões de mercado: "compra", "venda", "preço por lote, por cabeça"(ESTERCI, 1994.p.32b).

No Brasil, a concepção de que o respeito aos direitos humanos deve ser um valor universal a todos os cidadãos só veio a ser institucionalizada a partir da Constituição de 1988. Porém, só a partir do Programa Nacional de Direitos Humanos¹, lançado em 1996 e conduzido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a escravidão contemporânea passou a ser encarada como uma realidade no país e legalmente tratada como uma violação desses direitos.

A partir do artigo 149 do código penal reformado pela lei nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003, a tipificação do crime de reduzir alguém a condição análoga à escravidão passou a considerar “situações em que os trabalhadores estavam em trabalho forçado, a jornadas exaustivas de trabalho e/ou a condições degradantes de trabalho” (GOMES; NETO, 2018.p.21).

Porém, com a portaria nº 1.129 do Ministério do Trabalho e Emprego, imputada pelo governo de Michel Temer, em outubro de 2017, o código penal sofreu mudanças consideráveis e que provocaram muitas críticas por parte daqueles que estudam e defendem a causa dos trabalhadores. A injúria dos críticos se baseou no fato da redução, a partir da portaria, da possibilidade de tipificação de casos de escravização de trabalhadores que só seriam considerados vítimas deste crime se estivessem com sua liberdade cerceada.

Demonstrativos de conivência e até participação na exploração de trabalhadores por parte do Estado brasileiro também existiram na década de 1970, foco deste trabalho. Sobre o assunto, Ricardo Rezende Figueira destaca que:

O Estado, principalmente nas décadas de 1970 e 80, participou através de suas polícias, favorecendo os aliciadores, os empreiteiros, os gerentes ou os proprietários dos imóveis na repressão aos trabalhadores. As condições objetivas da liberdade para estes migrantes, em muitos momentos, não foram mais que mera formalidade jurídica (FIGUEIRA, 2004.p.130).

¹ Esse programa, cuja primeira edição é datada de 1996, possui como missão principal nortear as medidas governamentais em prol da defesa dos direitos humanos no Brasil. Partindo dessa ideia, vamos analisar alguns detalhes de cada um dos Planos que o país já teve, as consequências práticas de sua adoção e, ao final, refletir acerca da sua efetividade. Site: <https://www.politize.com.br/programa-nacional-de-direitos-humanos/> acesso em: 24/04/2023.

Além da participação ativa no processo de escravização de pessoas, o governo da Ditadura também tem participação passiva, na medida em que permitiu que parte da população ficasse suscetível a tal exploração. Desigualdade social, falta de recursos básicos como educação e saúde, desemprego crônico, e até baixos salários foram fatores relevantes para entender essa relação.

Como resultado, surge à falta de perspectiva que faz com que muitos trabalhadores, principalmente das regiões Nordeste e Norte do país, mesmo sendo libertados da situação de exploração, retornam ao seu “cativeiro” contemporâneo, por fatores naturais como a seca, mas principalmente por não ter escolha diante da conhecida desumanização.

POR QUE ESTUDAR DENÚNCIAS DE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NESSE PERÍODO?

A Escravidão ainda está presente na sociedade brasileira. Isso é comprovado diante dos inúmeros casos de apreensões de trabalhadores nos últimos anos, e ao fato de pessoas pretas sempre ocuparem posições subalternas, em trabalhos degradantes e de alta exploração, com baixos salários e baixa remuneração. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2023, até o mês de março, foram resgatados 918 trabalhadores em situação de escravização, um número recorde para o primeiro trimestre em comparação aos quinze anos anteriores. Vejamos:

nas falas da elite política, em discursos de youtubers e em manifestações de rua, percebem-se uma politização e uma manipulação ideologicamente orientada da história, com o objetivo de construir versões moldadas para justificar a ditadura e, eventualmente, dar fundamento a novos projetos autoritários, inclusive do governo Bolsonaro (MOTA, 2021.p.13).

A partir dessa relação de continuidade o presente trabalho pretende contribuir para as investigações da relação entre o período ditatorial e a Escravidão Contemporânea. O recorte temporal é justificado porque foi nesse momento em que começou o desmonte dos direitos trabalhistas, a alta da inflação, a perda do poder de compra do salário-mínimo, o número crescente de desempregados e de miseráveis, contrastando totalmente com a propaganda que se fazia do “Milagre econômico” que em nada se assemelhava a real condição de vida da maioria dos trabalhadores.

Durante os anos de 1969 até 1974, o país viveu um processo de abertura da sua economia e território para o capital estrangeiro. O intuito era integrar o território brasileiro como um todo, incluindo os circuitos políticos, econômicos e populacionais principalmente as regiões Norte e Nordeste. Na região norte do país o foco deste processo de integração foi à fronteira amazônica, englobando vários estados do norte e centro-oeste do território nacional. É nesse momento que começam a surgir vários flagrantos de pessoas em situação análoga à escravidão. Podemos sintetizar as intenções e objetivos do Governo ditatorial neste processo como:

Aproximação física, econômica e cultural da Região Norte e Nordeste a comunidade brasileira, enquanto que o desenvolvimento era visto como a integração da mesma região ao centro-sul, ação segundo a qual se daria a ocupação econômica e o desenvolvimento, com objetivo de tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar (Brasil, 1971, p.29) . Ainda segundo o I PND, a ocupação da Amazônia deveria realizar-se principalmente mediante a expansão de contingentes populacionais para região – que viriam, sobretudo, do Nordeste e a construção de infraestrutura econômica, como rodovias, reaparelhamento de portos, programas de energia etc (BOMFIM, 2010.p.19).

Esta integração do território mais ao norte do país provocou migrações de centenas de milhares de trabalhadores, que muitas vezes eram movidos pela ideia de ganhar muito dinheiro em um novo cenário. Movidos por uma nova perspectiva e ao mesmo tempo pela falta dela no seu próprio lugar. Em contraste com esta realidade a propaganda do Governo com relação à economia alardeava um resultado nunca alcançado pelo país. Sob o governo do terceiro presidente militar Emílio Garrastazu Médici, o Brasil viveu no início da década de 1970, um crescimento exponencial da produção na indústria automobilística, aumento da demanda na construção civil “e a Bolsa de Valores parecia fabricar dinheiro fácil” o que não significava em nenhum momento distribuição de renda e melhoria social para a população (SCHWARCSZ; STARLING, 2015.p.453).

Tratava-se de um cenário muito favorável para a Ditadura se legitimar no poder, aliviando a pressão e viabilizando a continuidade da repressão aos sindicatos, no recrudescimento da censura a mídia e da produção artística e na caça a guerrilha de oposição. O título da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México, veio para coroar o auge da boa imagem da Ditadura diante do povo brasileiro.

Para manter esta imagem positiva Médici usou forte repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação de tal forma que impediu a veiculação

de críticas à política econômica. O período que se iniciou a partir do Ato Institucional N.º 5, especificamente no final de 1968, foi marcado pelo recrudescimento do autoritarismo.

No caso da imprensa, “isso levou à aplicação da censura e de pressões econômicas contra os periódicos, ou então sanções e ameaças contra certos jornalistas” (MOTA, 2021.p.150). De modo geral, a grande imprensa não se opôs de maneira ferrenha contra o Regime, nesse momento de auge da repressão, pois isso representava trazer riscos enormes para as empresas, e para os próprios jornalistas, que sofriam prisões, torturas e assassinatos. Fazer oposição dentro deste cenário seria literalmente um suicídio corporativo.

Porém, no período entre 1969 e 1974, vigência do governo Médici, a imprensa não se absteve de fazer críticas ao Governo Militar. As críticas tinham alvos específicos e nunca eram dirigidas ao regime como um todo. Esta “liberdade relativa tinha como limite a lealdade aos fundamentos do regime político (MOTA, 2021.p.150b).

Na pauta política, o “Milagre econômico brasileiro” só foi possível graças a subsídios governamentais que contaram com a entrada de empresas estrangeiras no mercado, com o controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salários. Grandes construções como a Ponte Rio Niterói, a Transamazônica, a Usina de Angra dos Reis, entre outras obras faraônicas, contribuíram para a imagem de que o país estava crescendo e em desenvolvimento.

Porém este “Milagre” custou caro para o país. O crescimento da economia não veio acompanhado de um planejamento para distribuição justa deste crescimento para a população, gerando um processo acentuado de concentração de renda, “resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores” (SCHWARCSZ; STARLING, 2015.p.453).

A estratégia de crescimento econômico adotada pelo Governo ditatorial era pautada pelo aumento dos lucros das grandes empresas e melhores remunerações para os trabalhadores mais qualificados e de cargos mais elevados na hierarquia das instituições. A concentração de renda era nítida, e os militares não negavam o aumento vertiginoso deste desequilíbrio, porém havia uma justificativa. Essa justificativa era fundamentada pelo

economista Carlos Geraldo Langoni², para quem a desigualdade fazia parte do processo natural do crescimento econômico e que refletiria “diferentes níveis de produtividade do trabalho em um mercado de trabalho marcado por diferentes níveis de qualificação da mão de obra” (BARONE et. al. 2015.p.8). Sob esta análise, o crescimento econômico brasileiro e a desigualdade estão naturalmente ligados, pois a remuneração será sempre proporcional à qualificação.

A problemática deste pressuposto é que “são os níveis prévios de renda familiar que fundamentalmente determinam o acesso à educação, e não o contrário”. (BARONE et. al. 2015.p.8). Desse modo, crianças pobres dificilmente se tornariam adultos que recebem renda alta, e assim a desigualdade de renda se perpetuaria entre pobres e analfabetos, maioria da população a época.

AS DENÚNCIAS

Buscamos neste trabalho investigar as denúncias de escravidão contemporânea publicadas pelo jornal *Correio Braziliense*³, entre os anos de 1969 até 1974. O jornal tem o nome inspirado no *Armazém Literário* ou *Correio Braziliense* editado em Londres a partir de 1808 por Hipólito José da Costa.

Fundado no dia 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand⁴ o jornal teve atuação importante no período abordado por essa pesquisa. Surgiu como o principal veículo impresso de informação da recém fundada cidade de Brasília, e apenas quatorze anos depois, com a ascensão do *Jornal de Brasília* sentiu algum tipo de concorrência no cenário jornalístico local. Seu público-alvo na década de 1960, assim como na década de 1960, era o dos

² Carlos Geraldo Langoni foi o primeiro brasileiro a obter o doutorado em Economia na Universidade de Chicago em 1970. Ao retornar ao Brasil, Langoni foi convidado por Affonso Celso Pastore e Antônio Carlos Rocca para trabalhar no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe/USP), onde estruturou o programa de pós-graduação e a Revista de Estudos Econômicos. Site: <http://www.coreconrs.org.br/noticias/1632-morre-ex-presidente-do-banco-central-carlos-langoni.html>. Acesso em: 22/04/2023.

³ *Correio Braziliense* é um jornal brasileiro com sede em Brasília, Distrito Federal, pertencente aos Diários Associados, do qual fazem parte outros veículos de comunicação. Ao lado de Folha de S. Paulo, Estado de Minas, Zero Hora, O Globo e O Estado de São Paulo. Fundado no dia 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand, juntamente com a inauguração da cidade e a da TV Brasília. Site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Braziliense Acesso em 20/04/2023.

⁴ Francisco Assis Chateaubriand (1892-1968) foi jornalista, empresário e político brasileiro. Dono dos "Diários Associados", a maior rede de comunicação do país, entre as décadas de 30 e 60. Em 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina. Em 1954 foi eleito para a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras. Site: https://www.ebiografia.com/francisco_chateaubriand/. Acesso em: 20/03/2023.

funcionários públicos, porém “muitas pessoas continuavam a manter vínculos com suas regiões de origem e ler jornais de fora” (AMORIN *in* MORELI, 2002.p.62).

Através da pesquisa na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional foi possível realizar uma filtragem das edições do *Correio*, dentro do período delimitado para a análise, que continham vestígios de denúncias de casos de *Escravidão Contemporânea* e algumas repercussões dos casos denunciados.

Cabe a nós enaltecer o trabalho de digitalização deste e de muitos outros periódicos, pois esta ação de viabilização da pesquisa contribui para “ampliar e democratizar o acesso da população aos documentos que compõem o Acervo da Memória Nacional através de sua digitalização e disponibilização na Internet por meio da BNDigital”(BNDigital, 2023).

Ao procurar por denúncias no *Correio Braziliense* utilizamos palavras-chave que, ao longo da pesquisa bibliográfica, se mostraram como possíveis denominações para o ato de escravizar uma pessoa no recorte temporal desta pesquisa. Neide Esterci, por exemplo, afirma que “circulavam na imprensa brasileira notícias sobre *trabalho escravo, escravidão, escravidão branca, aliciamento, venda de trabalhadores* como mercadoria” (ESTERCI, 2008.p.13).

Foi com o uso do verbete “escravidão branca” que se localizou, na edição do *Correio* do dia 10 de dezembro de 1974, uma denúncia feita por um lavrador chamado Alcides de Oliveira Martins. Eis um trecho da matéria:

Para denunciar o que qualifica de escravidão branca, desenvolvida em Mato Grosso pela firma Trans-Mato Grosso, ‘que além de não me pagar mais e 5 mil cruzeiros, matou 7 dos meus 30 companheiros’, chegou ontem a Brasília o lavrador Alcides de Oliveira Martins. Hoje, ele entrara em contato com as autoridades da Polícia Federal, Serviço Nacional de Informações e INCRA, pois “o que os responsáveis por aquela firma fizeram não se pode descrever, tamanha a crueldade típica de tempos não civilizados”. Portando carteira de identidade nº 293.190, fornecida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com 21 anos de idade, feições nipônicas, esclarece Alcides que, em maio, juntamente com mais 30 outros lavradores, foi contratado pela Trans- Mato Grosso para executar serviços e roçada e derrubada de 230 alqueires na Fazenda Agro - Trans, em Mato Grosso. Para cada alqueire a ser derrubado (no final derrubou 10, segundo afirma) receberia Cr\$ 830,00: no final, no entanto, nada recebeu. E também os seus companheiros nada receberam. Os que se rebelaram foram mortos. “Um companheiro meu, desesperado por estar doente e sem ter o que comer, além de não receber assistência, atirou-se num rio, morrendo, sem que o empreiteiro Almiro de Oliveira nada fizesse para salvá-lo(CORREIO BRAZILIENSE, 1974).

Através do texto da matéria é notória a presença de elementos que tipificam a situação de crueldade e exploração vivida por Alcides. A escravidão contemporânea também é baseada em retenção de documentos, promessas de ganhos financeiros atrativos, seguidos de uma contrária negação dos mesmos e da violenta coerção para que se produza ainda mais, sem nada receber. Some-se a isto a latente descartabilidade da vida dos trabalhadores nesta situação, pois:

Se na escravidão oficial/legal o escravo representava investimento de capital e por isso perder um escravo (assassinar um escravo) significava perder muito dinheiro, na escravidão contemporânea o escravo é muito barato para o fazendeiro, de forma que é muito mais descartável” (GIRARDI *et. al.*2014. p.2)

A região Norte do Estado do Mato Grosso, local em que Alcides era explorado, é apontada pelas historiadoras Ângela de Castro Gomes⁵ e Regina Beatriz Guimarães Neto⁶ como local de mobilidade de pessoas de vários lugares do país, pelas conexões rodoviárias da Amazônia com outras regiões do Brasil. Tais conexões viabilizaram maior deslocamento da força de trabalho para essa área. Esses trabalhadores foram atraídos para esta região, principalmente na década de 1970, devido a campanhas produzidas pelo governo e pelos empresários locais. Médici elegeu em seu discurso as Regiões Norte e Nordeste como prioritárias pra atuação federal, pois era a união de “Terra sem homens” com “Homens sem terra”. Para as historiadoras, essa retórica discursiva do Governo Médici foi um marco para o coroamento do pacto que então se estabeleceu entre o governo militar e os empresários para “ocupar” a Amazônia, ainda que de forma irregular e predatória (2018.p.114).

Tal denúncia não ficou sem resposta por partes das autoridades do Regime Militar, que utilizaram o mesmo *Correio Braziliense* para dar uma satisfação à sociedade de que tomariam atitudes para acabar com a chamada “Escravidão branca”. No dia seguinte a publicação da denúncia do lavrador, o *Correio* trouxe uma matéria intitulada “Governo desfecha campanha contra Escravidão Branca”, Eis o texto:

⁵ Angela de Castro Gomes vem, nos últimos anos, desenvolvendo pesquisas em duas frentes principais, que a têm ocupado ao longo de sua carreira acadêmica. A primeira diz respeito a estudos sobre a questão do trabalho, mais especificamente a uma história da legislação trabalhista no Brasil. Site: <https://cpdoc.fgv.br/equipe/AngelaCastro>. Acesso em: 21/04/2023.

⁶ Regina Beatriz Guimarães é professora Associada III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Atua também em Historiografia Geral e do Brasil, com experiência em História Contemporânea e História do Brasil republicano. É autora de vários livros. Site: <https://www.escavador.com/sobre/1065476/regina-beatriz-guimaraes-neto>. Acesso em: 22/04/2023.

Operação conjunta mobilizando setores dos ministérios do Exército, Justiça e Trabalho será desencadeada a partir de janeiro para acabar com a escravidão branca no país. A declaração foi feita pelo ministro Arnaldo Prieto ao tomar conhecimento, no Rio de Janeiro de denúncias publicadas na edição de ontem do “Correio Braziliense”. O ministro do Trabalho assegurou que o Governo agirá com firmeza e, ontem mesmo, determinou ao presidente do Grupo-Tarefa da Amazônia, Smith Brás, a realização de uma inspeção de todas as fazendas do Norte Estado do Mato Grosso, região onde atua a empresa denunciada. Quanto a operação interministerial, mobilizando homens do Exército, da Polícia Federal e do Grupo Volante de Inspeção do Trabalho, deverá estender por toda área da Amazônia Legal. As denúncias formuladas pelo Lavrador Alcides de Oliveira Martins, de 21 anos, indicam que a empresa – “Trans Mato-Grosso” estaria submetendo os trabalhadores aliçados a péssimas condições de trabalho com espancamento e, até mesmo, matando os que se insurgem contra o tratamento desumano.

OUTRAS ACUSAÇÕES

Em novas declarações feitas ao “Correio Braziliense”, o lavrador Alcides Martins acusou o empregador Almiro de Oliveira de se utilizar de um medicamento para apressar a morte de trabalhadores que, alegando doença não podem executar as suas tarefas. Disse também que a “Trans Mato-Grosso” vem conseguindo enganar a própria Justiça trabalhista, em algumas ações que trabalhadores mais destemidos conseguem mover contra ela. (CORREIO BRAZILIENSE, 1974).

Nesse momento podemos notar como a História Social do Trabalho oferece fundamentos para analisar o caso denunciado por Alcides e, através dele, compreender um cenário político, social e econômico que estimulava, compactuava e até mesmo propiciava a desumanização de trabalhadores, como o lavrador denunciante. Na medida em que ao buscar no entrelaçamento das fontes o “vivido” (a experiência), buscamos reconstituir redes de relações, encarando-as em pessoas concretas (NEGRO; GOMES, 2006.p.221).

No fim da matéria é possível perceber a desumanidade sob a qual vivia este e muitos outros trabalhadores que estavam na mesma condição. Nesse contexto suas vidas valiam pouco ou nada. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, as quatro formas mais comuns de identificar a escravidão contemporânea são a servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença de guardas armados.

Essas características “são frequentemente acompanhadas de condições subumanas de vida e de trabalho e de absoluto desrespeito à dignidade de uma pessoa” (OIT, 2005 in GIRARDI *et. al*, 2014.p.4). Quase todas essas características podem ser observadas no caso denunciado por Alcides.

Ainda sobre o caso o *Correio Braziliense* publicou um texto que estabeleceu justamente esta conexão entre o caso do lavrador com um contexto macro de exploração,

cujos fundamentos estão no próprio projeto de desenvolvimento da Região Norte e do País como um todo. Eis o trecho inicial da matéria:

Denúncia e apuração

É simplesmente inacreditável a nota do Ministério do Trabalho sobre os fatos revelados pelo lavrador Alcides de Oliveira Martins ao “Correio Braziliense” denunciando a existência de escravidão branca em Mato Grosso. Segundo a nota, a denúncia vai ser apurada “com todo rigor”. E naturalmente com toda calma, com todo o vagar, A partir de janeiro. Até lá os capatazes da empresa denunciada têm tempo suficiente para passar das ameaças à ação e ou de colocar tudo em ordem para a inspeção “rigorosa” do Ministério do Trabalho.

Enquanto isso, as autoridades tomam providências preliminares. A polícia Federal, por exemplo, em vez de interrogar os denunciados, vai interrogando o denunciante, que cometeu o “crime” de se rebelar contra atentados aos mais sagrados direitos da pessoa humana, praticados por uma empresa poderosa (CORREIO BRAZILIENSE, 1974).

Percebe-se que, ainda que com um tom ácido, o texto é acusador da incompetência de alguns setores da Ditadura Militar, não dela como um todo. O Jornal permanecia desta maneira, com sua postura “chapa branca” diante do Regime, evitando riscos e se mantendo ativo.

Além disso, é importante salientar a ironia quando se fala sobre o alvo dos interrogatórios da Polícia Federal, cujo foco atinge o denunciante e não o autor do crime. É característica de regimes autoritários o rígido controle da informação veiculada nos meios de comunicação, esta relação se estabelece, pois “não há relação de poder que não implique uma relação de saber, nem relação de saber que não esteja referida a uma dinâmica de poder” (FISHR, 1995.p.20). A divulgação a respeito dos casos de escravidão contemporânea seria prejudicial para a imagem de projetos importantes que a Ditadura brasileira estava pondo em curso no país naquele momento.

Antes da repercussão do caso do lavrador Alcides, já se podia perceber indícios da ocorrência de escravidão contemporânea na Região Norte do território nacional. A Igreja Católica, por ser uma Instituição com bem mais capilaridade que o próprio Estado, publicou uma denúncia no *Correio Braziliense* sobre o assunto. Em fevereiro de 1972 foi possível ler a seguinte matéria na edição do sábado do *Correio*:

Igreja denuncia escravidão: AM

Manaus (M) – reunidos em Tefé sob a presidência de Dom Joaquim de Lange, para rever a atividade pastoral, de 1971 e planejar trabalhos para 1972, padres e irmãs da prelazia local decidiram coletar dados para

apresentar em breve, as autoridades civis e militares, um documento denunciando muitos seringalistas pelo regime de trabalho escravo instituído na região (CORREIO BRAZILIENSE, 1972).

Dos parágrafos que constituem o restante da notícia vale destacar:

Apesar de tantas denúncias encaminhadas aos poderes constituídos, as condições de vida na maioria dos seringais da vasta região (255,114 km S quadrados) continua quase as mesmas. Os padres conhecem dezenas de trabalhadores que nunca vêem um saldo, de muitos deles os patrões tiram as roupas para que não fujam dos seringais. Muitos seringueiros, sem poder comprar ao menos um pouco de açúcar para o café, intercedem junto ao padre que passa em seu barco-motor e que, compadecido, compra um pequeno “rancho” no armazém do dono do seringal e distribui entre os pobres coitados.

Os padres que moram nas regiões mais afastados de Tefé narraram casos de seringueiros que após entregar a canoa cheia de borracha ao patrão, voltam para casa com alguns alimentos, sem jamais ver o dinheiro em suas mãos. Os trabalhadores, que por doença, não tiverem borracha para entregar ao seringalista, podem morrer a míngua, que não recebem nem um pequeno adiantamento (CORREIO BRAZILIENSE, 1972).

Observamos através desta denúncia um cenário de péssimas condições de vida para trabalhadores que foram atraídos para os seringais da Amazônia e lá encontraram apenas sua própria negação enquanto portador de direitos fundamentais. A Igreja cumpriu papel de acolhimento e de denúncia em muitos contextos, como a única “autoridade” presente nessas regiões, que não estava submetida e nem se constringia ao poder do latifúndio, do capital e das armas.

O Bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, aponta, em carta pastoral, a relação entre o Governo Militar, o capital privado e o abandono da população local. Seguindo uma ordem lógica ele afirma:

Esses empreendimentos latifundiários surgiram graças ao incentivo dado pelo Governo, através da SUDAM⁷. É a provação oficial e financiada de grande latifúndio com todas as consequências que dele advém (CASALDÁLIGA⁸, 1971.p.9).

⁷ A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede em Belém (PA). Site: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro>. Acesso em: 22/04/2023.

⁸ O bispo emérito de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, chamado de “bispo dos povos”, fez da sua vida, uma militância em prol dos povos oprimidos, especialmente os indígenas, quilombolas e trabalhadores do campo. No Brasil, o bispo denunciou as atrocidades da ditadura militar, o grande latifúndio e os opressores dos povos do campo. Em toda América Latina ofereceu sua solidariedade a grupos de religiosos e de trabalhadores e trabalhadoras contra as ditaduras militares, financiadas e apoiada pelos Estados Unidos, como na Nicarágua, El Salvador e Argentina. Site: <https://mst.org.br/2020/09/07/dom-pedro-casaldaliga-um-bispo-que-uniu-os-povos-oprimidos-da-america-latina/>. Acesso em 22/04/2023.

Como consequência direta deste surgimento o Bispo sentenciou que isto significou:

o estímulo ao capital particular, inclusive estrangeiro, com dinheiro do povo, que deixa de ser recolhido aos cofres públicos, e conseqüentemente deixa de ser investido a benefício do povo, para enriquecimento ainda maior do investidor”(CASALDÁLIGA,1971.p.10)

A região em que houve investimento da SUDAM contou com a participação de empresas de vários tipos de atividades: Bancos como o Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional e Brasul, casas comerciais como a Eletro-Radidobraz, entre outras. Para concluir o argumento Pedro Casaldáliga conclui que:

Enquanto isso, a população, primeira desbravadora da região, se ha no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado “tubarão”, dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante, todas as terras deste imenso Nordeste Mato-grossense já estão vendidas. (...) por isso a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula (CASALDÁLIGA,1971.p.10).

A narrativa do Bispo sobre o latifúndio e a desesperança da população local em trabalhar na sua própria terra nos demonstra como um projeto de desenvolvimento econômico e ocupação territorial basearam-se na concentração fundiária e de renda. No lugar de promover desenvolvimento, deixou a população extremamente carente dos direitos sociais mais básicos e vulneráveis a exploração, escravização e conseqüente desumanização diante de um sistema que é visto, não só como algoz, mas como única alternativa de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa em História é sempre contínuo, pois cada dia adquirimos novas perspectivas sobre o presente e como olhamos para o passado. Neste sentido, acreditamos que as investigações historiográficas acerca das denúncias de *Escravidão Contemporânea* no *Correio Braziliense* durante o Governo Médici, não foram esgotadas aqui.

Os indícios apresentados pelas denúncias citadas neste trabalho demonstraram que estudar esta temática pode ainda gerar muitos debates, tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele, pois nota-se que é uma área de conhecimento interdisciplinar e que faz parte do nosso tempo presente.

Notícias como essas são constantes no nosso cotidiano. Essa permanência social e econômica de exploração e escravidão tem sido combatida em nossa sociedade, principalmente diante do papel político e social da mídia, o que força os órgãos competentes a tomarem atitudes rígidas.

Consequentemente, isso pode alertar ainda mais trabalhadores que porventura estejam em condições desumanas de trabalho para que tenham a possibilidade de se libertar dessa chaga moderna através da tomada de consciência da sua própria situação de escravidão. Para a sociedade, essas denúncias publicadas no *Correio Braziliense* tiveram um grande potencial de alertar a população para as condições de vida degradantes a que muitas pessoas estavam sendo submetidas.

A análise das notícias citadas neste texto encontrou fundamento em várias áreas do conhecimento sobre o tema. Ciências Sociais, Direito, História, Filosofia e Ciências Políticas ofereceram leituras diferenciadas, porém, complementares a respeito da Escravidão Contemporânea, além do trabalho utilizando outras fontes, com o jornal *Correio Brasiliense*.

Para aqueles que buscam estudar uma destas temáticas, a intenção é que esse trabalho sirva como fonte, entendendo que a pesquisa histórica nunca se esgota. Que o esforço do pesquisador possa abrir várias portas que darão sequência aos estudos na área.

REFERÊNCIAS

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia.** Texto para discussão, n. 251, Campinas, 2015.

BERNARDO, Patricia; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SHIMADA, Nayara Emi; **O formalismo e o jeitinho a partir da visão de estratégias e táticas de Michel de Certeau:** Apontamentos iniciais. Revista gestão e conexões, v.4, n. 1, 2015, p. 45-67.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Fronteira amazônica e planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: Inundar a hileia de civilização?.** Boletim Goiano de Geografia, v.30, n.1, 2010, p.13-33.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.** São Félix do Araguaia, 1971. 30 p. Disponível em: <https://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Sub humanos:O capitalismo e a metamorfose da escravidão.** São Paulo: Boitempo, 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História.** Revista História Hoje, v. 2, n. 4, 2013, p.19-34.

DIAS, André Bonsanto. **Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de São Paulo e O Globo, 1964-2014.** Opinião Pública, v. 25, n. 3, 2019, p.472-494.

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia.** Revista tempo e argumento, v. 4, n.1, 2012, p. 5-23.

ESTERCI, N. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, v. 94, n.3, 2000, p.111-124.

FICO, Carlos. **História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro.** Varia História, v. 8, n.47, 2012, p.43-59.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra:**A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FISCHER, R. M. B. **A análise do discurso:** para além de palavras e coisas. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71741>. Acesso em: 1 abr. 2023.

FISHER, Rosa Maria Bueno. **A análise do discurso:** para além de palavras e coisas. Educação e realidade, v. 20, n. 2, 1995, p.18-37.

G1.Idosa é resgatada após 27 anos de trabalho análogo à escravidão para médica e empresário em SP, diz MPT. 2022. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2022/12/07/idoso-e-resgatada-apos-27-anos-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>, Acesso em: 21/02/2023.

GIRARDI, Eduardo Paulon; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé; HATO, Julio. **Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil:** dinâmicas recentes. *Espaço e Economia*, [S.L.], n. 4, p. 1-27, 11 set. 2014.

GOMES, Ângela de Castro; NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Trabalho escravo contemporâneo:** tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. **Além das senzalas e fábricas:** uma história social do trabalho. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006, p.217-240.

KALLÁS, Ana Lima. **A repressão aos trabalhadores na Ditadura a partir das contribuições da História Social do Trabalho:** uma leitura do relatório final da CVV. *Tempos Históricos*, v. 1, n. 2, 2017, p.525 -557.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho.** Lisboa: Antígona, 1999.

LAZZARI, Maria Cristina. **Direitos humanos e trabalho escravo contemporâneo.** *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 62-82, 28 jan. 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel.**Como as Democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MATIAS, Lilia de Souza Lima. **Reflexões sobre os caminhos da história social do trabalho e o conceito de classe trabalhadora.** *Espaço Plural*, v.17, n. 34, 2016, p.37-55.

MORELLI, Ana L. F. **Correio Braziliense:** 40 anos – Do pioneirismo a consolidação. Brasília, TCC, Universidade de Brasília, 2002.

REZENDE, Maria José de; REZENDE, Rita de Cássia. **A erradicação do trabalho escravo no Brasil atual**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 10. Brasília, 2013, p.7-39.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SILVA, Marcília Gama da. **O cruzamento de fontes da Justiça do Trabalho e do DOPS-PE: a pesquisa em diferentes artefatos históricos e a representação da luta da classe trabalhadora**. In SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Tiago Nunes. (Org.). A coletânea - Pernambuco na mira do golpe. Porto Alegre: Editora FI RS, 2021, p.14-39.